

MIT FAZ OUTRO "CASO CORAME"?

Devolução da MDF aos titulares significa levá-la à falência

— coordenadora das CT's alerta para a situação



«Qual a posição do País perante o novo 'caso Corame'? Qual a posição do colectivo do Governo?», interroga a coordenadora das CT's da Metalúrgica Duarte Ferreira, a propósito da situação provocada pelas sistemáticas prorrogações da intervenção estatal e das ameaças que consideram existir dadas as intenções de certas «personalidades» do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Em documento distribuído na semana passada, a coordenadora alerta para as intenções do secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras (Ferreira do Amaral, de seu nome e irmão de outro ex-secretário notabilizado no campo da contra-Reforma Agrária): devolver a MDF aos «titulares estatutários».

«Ferreira do Amaral e António Almeida (secretário de Estado do Tesouro) não quererão deixar fugir esta oportunidade de se reafirmarem no que realmente são e de, não só obsequiarem, mais uma vez, o capitalismo destruidor que veneram, como minarem novamente o 25 de Abril que aconteceu à revelia dos seus interesses e da sua vontade», considera a estrutura re-

presentativa dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira.

Em contrapartida, a coordenadora das CT's defende, pela análise de todas as soluções possíveis, que a MDF, ainda intervencionada, deixe de o ser e se transforme numa transformação em empresa de capitais mistos.

Aliás, essa solução nada teria de estranho, uma vez que existe uma resolução do Conselho de Ministros (n.º 95/78), que «claramente determina tal transformação da empresa».

Mais: em 27 de Junho do ano corrente, no I Encontro dos Trabalhadores da MDF, cerca de dois mil trabalhadores dos 2500 existentes na empresa, manifestaram-se unanimemente por aquela solução e contrários a qualquer das outras possíveis no actual «contexto sociopolítico».

«TITULARES»: QUE FUTURO?

Com a pretendida entrega da Metalúrgica Duarte Ferreira ao patronato, o secretário de Estado da Indústria teria em vista, acusam os representantes dos trabalhadores, «resolver o 'histórico' caso da intervenção da MDF» e

«levar a MDF à falência, para mais não sendo esta por ele proposta nem ele lhe suportando os riscos e as consequências».

E que, entendem os trabalhadores, não existem quaisquer condições para que os titulares estatutários da empresa assumam a desintervenção da empresa em termos de futuro.

Um exemplo flagrante dessa incompetência: o Governo Mota Pinto, pela mão do adjunto do MIT, Fonseca Mendes, convidou os titulares estatutários a apresentarem uma proposta de recuperação da empresa. O resultado foi a entrega, por parte dos convidados, de três folhas dactilografadas, «de tal forma vergonhosa e infantil como proposta que o próprio Ministério se viu coagido a declarar publicamente não a considerar sequer como tal».

Só que, entretanto, os titulares apresentaram mais um memorando em que consideram possibilidades de lhes ser entregue a empresa «graças às perspectivas actualmente existentes com as Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique e, ainda, importantes negociações com importantes empresas estrangeiras».

Ora, argumentam os representantes dos trabalhadores, «tudo isso foi trabalho que lhes não diz respeito e que se deve à capacidade, credibilidade alheia e que, em 90% dos casos, irremediavelmente cessariam a partir do momento em que eles assumissem a responsabilidade da MDF».

Aliás, a título de exemplo, retema-se a disposição nítida que o Governo da RPA tem de confiscar a MDF (Angola), «dados os erros de gestão confirmados e os cerca de 80 mil contos de avales pessoais da responsabilidade de Carlos Duarte Ferreira que lá figuram e continuam por solver».

E porquê a devolução ao patronato? Recorda, a coordenadora, a situação aquando da intervenção do Estado: a MDF estava tecnicamente falida, sem produto que lhe possibilitasse a subsistência, sem gestores (patronato) minimamente capazes de a gerir, com gestores (patronato) completamente enfeudados a sucessivos empréstimos e pretendendo recuperar a empresa à custa do despedimento em massa dos seus trabalhadores.